

João Pessoa, 21 a 27 de março de 2016 • Nº 13 - Ano XIV

## Fenafisco: pacote federal precariza o serviço público

As entidades filiadas à Fenafisco, Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital, entre as quais o Sindifisco-PB, subscreveram Moção de Protesto ante o pacote de ajuda do Governo Federal aos Estados que, em contrapartida, terão que adotar medidas como reduzir os investimentos nas atividades desenvolvidas pela Administração Pública, em especial a Administração Tributária.

Deliberado em reunião do Conselho Deliberativo da Federação, as entidades afirmam no documento que “em lugar de oprimir os servidores públicos e precarizar ainda mais os serviços públicos oferecidos à população, os governos deveriam, por exemplo, reduzir o contingente de contratação de cargos comissionados; melhorar a qualidade do gasto público; combater a bilionária sonegação fiscal”. Lei a integra da Moção em [www.sindifiscopb.org.br](http://www.sindifiscopb.org.br).

### Serviço público sempre paga a conta

Recairá sobre o serviço público a conta gerada pela falta de controle nos gastos dos Governos. É o que se deduz do projeto de lei do Governo Federal que renegocia a dívida dos Estados, a ser votado terça-feira (29), resultado do acordo entre governadores e o presidente da Câmara Federal.

Em tese, o projeto dá condições de os Estados economizarem recursos e assim enfrentarem a crise. O grave, contudo, é a contrapartida. Os Estados deverão cumprir à risca medidas extremamente nocivas ao serviço público, entre os quais, não conceder reajuste salarial, demitir servidores, suspender concursos.

Por que os Governos nunca adotam medidas sensatas de reduzir as despesas supérfluas, a contratação de pessoal comissionado e prestadores de serviço (no caso da Paraíba ainda há os "codificados" que não têm nenhum vínculo com o Estado e recebem por CPF), intensificar o combate à sonegação fiscal, realizar auditoria da dívida pública, zelar pelos recursos públicos?

### Sociedade e servidores debatem o serviço público

Iniciativa do Fórum dos Servidores Estaduais permitirá a população paraibana debater amplamente as questões envolvendo a prestação do serviço público.

Os servidores realizarão reuniões em diversas cidades, aglutinando segmentos organizados e demais interessados no tema, de forma a permitir que todos possam debater as políticas públicas em setores tais como saúde, educação e segurança pública.

Está em curso na Paraíba, desde 2011, uma política de desmonte da máquina administrativa que, mais recentemente, sofreu outro duro golpe por meio da Medida Provisória 242, de iniciativa do Governo Estadual, aprovada pelos deputados governistas.

O Fórum pretende também trazer para discussão o papel de deputados governistas, que deveriam estar ao lado do povo, porém estão subservientes ao Governo e seu projeto de precarização do serviço público.

Veja a lista dos deputados que votaram contra o povo: [www.sindifiscopb.org.br](http://www.sindifiscopb.org.br).

## Chapas à diretoria do Sindifisco-PB podem realizar debate

Ficou para esta segunda-feira (28), a Comissão Eleitoral divulgar se haverá ou não debate entre as duas chapas concorrentes à diretoria executiva do Sindifisco-PB. A chapa 1, "Unir, Lutar e Conquistar" solicitou à Comissão a realização de debate, para que os colegas possam melhor avaliar as propostas das duas chapas e fundamentar suas escolhas.

As eleições acontecem no dia 10 de abril, oportunidade em que os filiados ao Sindicato também elegerão os integrantes do Conselho Fiscal.

Quanto à diretoria executiva, pela chapa 1, disputa a presidência o auditor fiscal Manoel Isidro e, com vice-presidente, Guilherme Carvalho (Novinho). A chapa 2 é encabeçada pelo auditor fiscal Alain Carvalho, tendo como candidato a vice-presidente, Leonardo Sabóia.

## IR no Sindifisco-PB

Prosseguem os serviços, no Sindifisco-PB, de elaboração da declaração de Imposto de Renda, ano base 2015.

De maneira gratuita, os serviços são oferecidos na sede do Sindifisco-PB e sucursal de Campina Grande. Uma exigência da Receita para este ano é a apresentação do número de CPF dos dependentes a partir dos 14 anos de idade. Outros documentos são a folha de rendimentos, comprovação de gastos com saúde, educação e previdência privada. Antecipe-se e evite a correria de última hora.